

Marcelo Máximo Purificação  
Ivonete Barreto de Amorim  
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva  
(Organizadores)



# Filosofia: Aprender e Ensinar 2

**Atena**  
Editora

Ano 2020

Marcelo Máximo Purificação  
Ivonete Barreto de Amorim  
Sandra Célia Coelho Gomes da Silva  
(Organizadores)



# Filosofia: Aprender e Ensinar 2

**Atena**  
Editora

Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação:** Geraldo Alves

**Edição de Arte:** Lorena Prestes

**Revisão:** Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
 Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá  
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
 Prof<sup>a</sup> Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

F488 Filosofia [recurso eletrônico] : aprender e ensinar 2 / Organizadores  
 Marcelo Máximo Purificação, Ivonete Barreto de Amorim, Sandra  
 Célia Coelho Gomes da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-06-1

DOI 10.22533/at.ed.061200402

1. Filosofia. 2. Fenomenologia. 3. Indústria cultural. I. Purificação,  
 Marcelo Máximo. II. Amorim, Ivonete Barreto de. III. Silva, Sandra  
 Célia Coelho Gomes da.

CDD 142.7

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

Atena Editora  
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O livro Filosofia: Aprender e Ensinar 2 é uma obra elaborada em várias mãos, cujo resultado, são textos acadêmicos que permeiam o campo da filosofia e as possíveis contribuições dessa área do saber para a Educação. Aprender e ensinar, são o verso e o reverso de um processo que tem no centro a filosofia e a educação, estabelecendo uma relação dialógica entre si. Uma relação, pela qual deve transitar também, a ação colaborativa e participativa do ato de fazer, tornando assim, uma ação coletiva.

O livro, está organizado em cinco capítulos pelos quais perpassam os temas: As iluminações literárias de Walter Benjamin em o Surrealismo; Complexidade e outros paradigmas – introdução à análise comparativa; Games e gamificação como estratégia de aprendizagem filosófica; O ensino de filosofia e as possíveis formas e funções do livro didático e, Progresso, memória e identidade entre o moderno e o pós-moderno: um diagnóstico do tempo perdido. Isto dito, percebe-se que esta obra, tem forte potencial de socialização do conhecimento e bravas contribuições para área da Ciências Humanas, podendo assim potencializar o pensamento de professores, estudantes e todos que buscam alargar o diálogo com a Filosofia.

Desejamos a todos e todas, uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação

Ivonete Barreto de Amorim

Sandra Célia Coelho Gomes da Silva

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AS ILUMINAÇÕES LIBERTÁRIAS DE WALTER BENJAMIN EM O SURREALISMO	
Matheus Silveira dos Santos	
Ana Maria Oimenta Hoffmann	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0612004021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
A COMPLEXIDADE E OUTROS PARADIGMAS – INTRODUÇÃO À ANÁLISE COMPARATIVA	
Adelcio Machado dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0612004022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>23</b>
GAMES E GAMIFICACAO COMO ESTRATÉGIA DE APRENDIZAGEM FILOSÓFICA	
Mateus Geraldo Xavier	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0612004023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>47</b>
O ENSINO DE FILOSOFIA E AS POSSÍVEIS FORMAS E FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO	
Valmir Pereira	
Franklin Silva Pontes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0612004024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>56</b>
PROGRESSO, MEMÓRIA E IDENTIDADE ENTRE O MODERNO E O PÓS-MODERNO: UM DIAGNÓSTICO DO TEMPO PERDIDO	
Cleudson de Jesus Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.0612004025</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>69</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>71</b>

## O ENSINO DE FILOSOFIA E AS POSSÍVEIS FORMAS E FUNÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO

*Data de aceite: 27/01/2020*

*Data da Submissão: 21/12/2019*

### **Valmir Pereira**

Universidade Estadual da Paraíba  
Campina Grande - PB  
<http://lattes.cnpq.br/0112962944181662>

### **Franklin Silva Pontes**

Universidade Estadual da Paraíba  
Campina Grande - PB  
<http://lattes.cnpq.br/2737704026013860>

**RESUMO:** Este artigo analisa as formas e as funções do livro didático no ensino de Filosofia. Nesse sentido, tomamos como principais bases de pesquisa as produções do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e do Livro Didático Público (LDP) no Estado do Paraná, por considerá-los paradigmas da produção literária pedagógica no Brasil. A partir deles, avaliamos as possíveis formas dos livros didáticos, destacando o caráter editorial/econômico, e a participação do professor, em suas produções. Além disso, avaliamos também as funções do livro didático inserido no ensino de Filosofia e suas especificidades e, para tal, tomamos como problemas centrais a transposição didática do conteúdo e as possíveis abordagens histórica, temática e problemática deste. Conforme estes intuitos, observamos que, mesmo sendo

propostas de certa forma antagônicas – tanto na questão editorial quanto na participação do professor na produção do material –, na prática didática tanto os livros nacionais do PNLD quanto os da iniciativa pública no Paraná possuem, no caso da Filosofia, objetivos convergentes: uma linguagem iniciativa, mas não resumidora, que, juntamente com a atividade do professor, dê ao aluno do Ensino Médio a oportunidade de abordar problematicamente a Filosofia, isto é, conhecer e se inserir na tradição filosófica sem se ater totalmente a ela.

**PALAVRAS-CHAVE:** livro didático. PNLD. LDP. Transposição didática. História da Filosofia.

### THE TEACHING OF PHILOSOPHY AND THE POSSIBLE WAYS AND FUNCTIONS OF THE DIDACTIC BOOK

**ABSTRACT:** This article analyzes the shapes and functions of the didactic book in the teaching of Philosophy. On this direction, we have as main research bases the productions of the National Didactic Book Program (PNLD) and of the Didactic Public Book (LDP) in the state of Paraná, to consider them paradigms of the Brazilian pedagogy production. From them, we evaluate the possible figures of the didactic books, emphasizing the editorial/economic parameter and from the teacher's involvement in the productions. Also, we evaluate the book's



role placed on the teaching of Philosophy and its features, and for this reason, we take as main problem the didactic transposition of the content and the its possible historic, thematic and challenge approaches. According to this intention we see that, even being formed in an antagonistic way – both as editorial way and the teacher’s participation in the production – in the educational practice for national books from the PNLD and the public action from Paraná we have different goals in Philosophy: a start language, but not resumed, that joining the teacher’s activity, gives the High School student the opportunity to approach the philosophic questions, that is to say, knowing and insert in the philosophic tradition without being totally attached to it.

**KEYWORDS:** didactic book; PNLD; LDP; didactic transposition; Philosophy’s history

## INTRODUÇÃO

A tradição filosófica é inegavelmente uma tradição literária. Ainda que um de seus maiores representantes no Ocidente, Sócrates (469-399), tenha se absterido de escrever qualquer obra, somente através de livros escritos sobre seu pensamento é que, de certa forma, o conhecemos ainda hoje. Além disso, o livro filosófico teve e tem formas diversas: diálogos, aforismas, ensaios, tratados, manuais, etc. Nestas formas, também é inegável que por vezes a filosofia se tornou hermética ou até mesmo inalcançável a qualquer leitor. Mas, de uma forma ou de outra, soluções foram encontradas e, então, temos, hoje, um extenso reino acessível onde as obras filosóficas estão abertas para futuros leitores.

Todavia, é preciso não obstruir o fato de que este “temos” abarca, em sua maioria, aqueles que conseguem romper, por mais fino que seja, o invólucro hermético que encobre o núcleo das obras filosóficas. Afinal, se são conhecidos os casos onde obras filosóficas se tornam verdadeiros enigmas indecifráveis, é, então, visível a criticidade de se avaliar os textos voltados ao ensino de filosofia, sejam estas produções, obras puramente filosóficas ou nomeadamente manuais didáticas.

Ora, nesse cenário peculiar da filosofia, onde alguns escrevem para serem lidos e outros tentam ler, nada mais plausível do que avaliar como os textos filosóficos, por assim dizer, mais próximos do público leigo (a saber, os estudantes de nível médio) são formados e usados em sala.

Em tal intuito, voltamo-nos ostensivamente a duas formas distintas, mas igualmente válidas e paradigmáticas, de material didático que surgiram no Brasil nas últimas décadas: os Livros Didáticos Públicos, no Paraná, e as produções do Programa Nacional do Livro Didático direcionadas ao Ensino Médio. Como nosso intuito se direciona à disciplina Filosofia, considerada *secundária* – mas não relegada – uma análise das produções didáticas focada em seus aspectos econômicos, político-educacional, etc. e considerada *primária* as questões relativas às formas possíveis dos materiais didáticos e os usos possíveis que se pode fazer com estes numa aula

de Filosofia. Desta forma, e tendo em vista a problemática da compreensão dos textos indicada acima, pareceu-nos fundamental uma análise da capacidade de um livro didático “traduzir” os textos filosóficos originais.

Nesta investigação, destacamos por fim os aspectos que o resultado desta tradução pode tomar, isto é, os aspectos histórico, temático e problemático, sem negligenciar também a relação instrumental deste material com o professor de filosofia.

## **SOBRE A FORMAÇÃO DOS LIVROS**

Ao longo de aproximadamente dez décadas de existência, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) assumiu diversas formas e objetivos, voltados à produção do livro didático no Brasil. Iniciado em 1929 com outra denominação, o PNLD foi lentamente aumentando suas dimensões e sua área de atuação, proporcionando ao Norte e ao Nordeste, em 2005, os livros de Português e Matemática, os primeiros a abranger o nível Médio. O aumento do material distribuído no Ensino Médio cresce gradualmente, somente incluindo também a Filosofia e a Sociologia<sup>1</sup> a partir de 2010, com a abertura do Edital para a inscrição das propostas de editoras. Sendo escolhidas as propostas<sup>2</sup>, as produções contempladas foram impressas e distribuídas às escolas no ano seguinte, para, enfim, serem usadas em sala em 2012<sup>3</sup>. Neste processo de produção e distribuição dos livros, dividido em doze etapas<sup>4</sup>, um dos primeiros momentos é a abertura dos Editais e, sendo concluídas as análises das propostas editoriais, são produzidos os Guias. Nestes, são mostradas algumas resenhas das obras aceitas, com o objetivo de, segundo o próprio Guia, auxiliar o professor no momento de escolha do material proposto, de modo que ele escolha “[...] o livro didático que mais bem se adapte ao seu planejamento, à sua prática didática em filosofia e ao projeto político-pedagógico de sua escola” (BRASIL, 2011, p. 7).

O Livro Didático Público (LDP), por sua vez, foi uma iniciativa da Secretaria da Educação do Estado do Paraná, em 2006, com o intuito de suprir a falta de um material voltado ao Ensino Médio (MENDES, 2007, p. 4). Para tal, foram usados na produção dos livros materiais pesquisados e escritos pelos próprios professores do

1 Somente os livros dessas duas disciplinas são produzidos como Volumes Únicos, ou seja, direcionados a serem utilizados durante três anos consecutivos.

2 Neste primeiro Edital, de 2010, quinze obras foram propostas e somente três foram aceitas, as quais constam no Guia de 2012 (BRASIL, 2011). Para o segundo Edital, treze obras foram propostas e cinco foram aceitas, das quais três são reedições daquelas presentes no primeiro Guia (idem, 2014). É possível notar, no primeiro momento, um certo despreparo das propostas editoriais; no segundo momento, um aumento razoável da qualidade, tendo em vista o número de propostas e os resultados.

3 Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>>. Acessado em 23/06/18.

4 Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-funcionamento>>. Acessado em 23/06/18.

ensino público – avaliados por professores universitários (idem, p. 7) –, o que, além de afastar as determinações editoriais e aumentar o custo-benefício na produção dos livros<sup>5</sup>, incentivou a formação e produção teórica do professor. Segundo Mary Lane Hatner (DARCIE, 2012, p. 235), tal iniciativa fez parte do Projeto Folhas, onde incentiva-se a produção de materiais didáticos tendo como autores os próprios professores. Tal projeto existiu de 2003 a 2010 e involuntariamente foi um dos primeiros projetos com o ideal de Recursos Educacionais Abertos.

Acreditamos que o livro didático deve auxiliar na comunicação da relação professor-alunos-conteúdo. Nesses objetivos, é mais do que plausível que o professor, como o profissional que determina preponderantemente tal relação em aula, esteja confortável com aquele instrumento mediador. Partindo dessas necessidades, os livros do Programa Nacional do Livro Didático e os Livros Didáticos Públicos nos parecem ser propostas diversas, não tanto por seus respectivos conteúdos, mas por seus processos de formação. Ora, uma das distinções mais notáveis entre as duas produções é o *fator editorial*. Neste sentido, a produção em larga escala e com delimitações específicas dos materiais da PNLD indicam tal caráter econômico nos livros, tomados, então, como produto. De fato, os livros produzidos pelo PNLD são intimamente perpassados pelas determinações editoriais, porque os Guias dos livros, quando chegam às escolas, já sofreram as influências tanto do Governo quanto do mercado: tais listas de obras recomendadas aos professores passam por dois filtros, a saber, “o dos avaliadores do MEC, que restringem as alternativas do professor, e o das editoras, cujos processos de informação, inteligência e *marketing* acabam por dar determinado direcionamento à escolha” (MANTOVANI, 2009, p. 68-69). Os Livros Didáticos Públicos, em contraponto, se apresentam como uma forma de material didático longe das delimitações econômicas. De fato, esta vantagem deste material, produzido pelos próprios professores do Estado do Paraná, é explicitamente exposta como uma das inovações no próprio livro pelo Secretário de Estado da Educação da época, Maurício Requião de Mello e Silva:

Nesta caminhada, aprendemos e ensinamos que o livro didático não é mercadoria e o conhecimento produzido pela humanidade não pode ser apropriado particularmente, mediante exibição de títulos privados, leis de papel mal escritas, feitas para proteger os vendilhões de um mercado editorial absurdamente concentrado e elitista (MENDES, 2007, p. 4).

Além disso, nesta forma de produção, é nítido o envolvimento do professor

---

5 “Do ponto de vista econômico, ele [o LDP] representa um avanço, pois, calculando-se o custo de impressão, do afastamento dos professores durante seis meses para produzir o material, o processo de consultoria e editoração, cada exemplar saía, em média, por R\$ 2,50, certamente bem abaixo do mercado e dos valores com que trabalha o Plano Nacional do Livro Didático. A grande quantidade de livros produzidos, o custo quase zero dos autores e a ausência de vínculo com editoras permitiu essa boa condição de custo” (DARCIE, 2012, p. 237) diz Mary Lane Hatner, que na época, em 2006, era a chefe de Departamento de Educação Básica da Secretaria Estadual de Educação do Paraná.

nas delimitações do assunto. Se são os professores do Ensino Médio que foram destacados pelo Estado para escreverem os materiais didáticos direcionados ao próprio Ensino Médio, então, os cuidados com a aproximação do conteúdo em relação ao cotidiano e ao nível dos alunos e com o desenvolvimento teórico do professor são inegáveis (DARCIE, 2012, p. 235). Outro fato importante nesta produção é uma aproximação entre os professores do nível superior e do nível básico, na medida em que as pesquisas e os textos destes eram acompanhados e corrigidos por aqueles. Entretanto, neste último ponto levantado talvez esteja o fator que torna este tipo de produção impraticável. Pois, como diz Mary Lane Hatner, existem diversos fatores que impedem tal prática, sendo entre elas a mais difícil de se transpor “a falta de cultura de pesquisa no âmbito do ensino fundamental e médio” (idem, p. 238). Em contraponto, pode-se dizer que, ao contrário do LDP, a produção dos livros a nível nacional exclui o professor de seu processo, voltando-se a ele somente na entrega dos Guias, com as obras já prontas, isto é, é entregue a ele apenas o “lugar do morto” (WITZEL, 2002, p. 15 apud MANTOVANI, 2009, p. 64). Em outras palavras, renega-se uma participação ativa do professor em tal produção.

## **SOBRE AS FUNÇÕES DO LIVRO**

Antes de utilizarmos da ideia de uma transformação do conhecimento presente na “transposição didática”, cabe uma explicação mais aprofundada deste conceito. Segundo Leite (2007, p. 51)<sup>6</sup>, tal conceito parte da necessária distância entre o saber ensinado e o saber de referência, tomando como base a relação *saber-professor-aluno*<sup>7</sup>. Nesta relação, o conteúdo a ser ensinado numa sala de aula deve ter uma configuração própria, mais simples e, enquanto tal, distinta daquela do conhecimento puro. Em outras palavras, tal conceito defende que, em âmbitos diferentes e direcionado a públicos diferentes, o conhecimento deve se adaptar à linguagem vigente.

Além disso, tal conceito atenta que a função do professor nessa relação de aprendizagem – momento em que o aluno aprende a partir de processo de contradição conhecimento antigo/conhecimento novo –, é “garantir a continuidade deste processo, apresentando novos textos do saber e assegurando algum nível de familiaridade nesses conteúdos [...], porque é ele quem sabe antes dos outros, que já sabe [...]” (idem, p. 57-58). Por último, cabe explicitar que um dos pressupostos

6 Ainda que tal conceito tenha surgido do *sociólogo* Michel Verret e se desenvolvido em textos do *matemático* Yves Chevallard (LEITE, 2007, p. 46-47), os objetivos postos por ele podem ser ampliados a todo o âmbito pedagógico, pelo fato de que em todas as áreas do ensino existem distinções explícitas entre os conhecimentos voltados aos “especialistas” – aqueles que já conhecem algo do assunto e, portanto, podem apreender saberes mais complexos – e aos “iniciados” – aqueles que, diferentemente dos especialistas, estão começando a ter contato com o tema ensinado.

7 “[...] o saber (S), aquele que ensina/professor (P), aquele que aprende/aluno (A)” (idem, p. 51).

para a transposição didática é a “formatação para programabilidade”<sup>8</sup> (idem, p. 57).

Atendendo aos objetivos gerais desse conceito didático, os conhecimentos filosóficos, os quais inegavelmente podem se apresentar de forma hermética, carecem de uma adaptação, no sentido de que devem ser compreendidos pelos alunos de nível Médio. Mas, é importante não fazer uma atividade de resumo, onde, por exemplo, acredita-se e/ou se defende ser possível resumir séculos do pensamento filosófico em curtos capítulos. É necessário, ao contrário, manter explícitas a continuidade e a diversidade da Filosofia ao longo de sua História. Neste sentido, acreditamos não constituir uma contradição a necessidade de uma “formatação” do conteúdo “para programabilidade”, contanto que se mantenha a explicitação defendida acima. Afinal, independentemente do tipo de livro de caráter didático, não é possível fugir desta programabilidade se se busca ensinar todo ou grande parte do conteúdo em poucos anos. Ou seja, se não é possível fugir dos recortes no conteúdo, é necessário não os omitir.

É válida, pois, uma análise deste aspecto transposicional nas obras didáticas do PNLD e do LDP voltadas ao ensino de Filosofia. Neste intuito, é notável as afirmações presentes no corpo do LDP, direcionadas aos estudantes:

[...] este é um livro didático e isto o caracteriza como um livro de ensinar e aprender. Pelo menos esta é a ideia mais comum que se tem a respeito de um livro didático. Porém, este livro é diferente. Ele foi escrito a partir de um conceito inovador de ensinar e de aprender. Com ele, como apoio didático, seu professor e você farão muito mais do que “seguir o livro”. Vocês ultrapassarão o livro. Serão convidados a interagir com ele e desafiados a estudar além do que ele traz em suas páginas. Neste livro há uma preocupação em escrever textos que valorizem o conhecimento científico, filosófico e artístico, bem como a dimensão histórica das disciplinas de maneira contextualizada, ou seja, **numa linguagem que aproxime esses saberes da sua realidade**. É um livro diferente porque **não tem a pretensão de esgotar conteúdos**, mas discutir a realidade em diferentes perspectivas de análise; não quer apresentar dogmas, mas questionar para compreender. Além disso, os conteúdos abordados são alguns recortes possíveis dos conteúdos mais amplos que estruturam e identificam as disciplinas escolares (MENDES, 2007, p. 6, negrito nosso).

É visível o cuidado do LDP com esta questão transposicional, expressa nesta necessidade de aproximação da linguagem do livro com a linguagem da realidade dos alunos. Além disso, acreditamos que esta explícita defesa, segundo a qual os LDP *não esgotam os conteúdos*, mas são *recortes* de conteúdos mais amplos, simboliza a consciente necessidade de suprimir certos conteúdos específicos em prol da abordagem completa do assunto proposto. Em outras palavras, na produção do material não se tentou negar que a tentativa de aproximação do puro conteúdo aos saberes dos alunos é acompanhada do risco de resumi-lo deliberadamente. A

---

8 “Para chegar a essa configuração, o saber designado como saber a ensinar deve passar pelos processos apontados por Verret e assumidos por Chevallard na sua teoria: dessincretização, despessoalização e formatação para programabilidade” (idem, p. 57).

solução, pois, para fugir de tal risco fora indicar logo de início que o livro didático em questão era apenas um tipo introdutório, questionador, de material, o qual poderia e deveria ser ultrapassado.

Quanto ao PNLD, vale apresentar que o critério fundamental da análise tanto do *Guia PNLD – 2012* quanto do *Guia PNLD – 2015* estava relacionado com a História da Filosofia. De fato, as propostas que não foram aceitas, segundo o Guia de 2012, não mantiveram a História da Filosofia como a base dos textos, acarretando visões restritas da filosofia e negligenciando a multiplicidade filosófica, além de cometer anacronismos e de promover “uma equiparação entre um pensamento rigorosamente estruturado e a mera opinião, assim como propagam uma **confusão entre uma fala cotidiana e uma fala conceitual**” (BRASIL, 2011, p. 12, grifo nosso); ao passo que, as três obras aceitas, ainda que não constem como os melhores materiais didáticos possíveis, ao menos cumprem com as exigências buscadas, isto é,

[...] não negligenciam a íntima relação entre a filosofia e a sua história [...], apresentam a filosofia em sua multiplicidade, sem dogmatismos ou proselitismo, propondo uma prática crítica que leve o aluno tomar posição em meio a um diálogo plural, inclusive nos debates sobre ética” (BRASIL, 2011, p. 12-13).

Em outras palavras, ao buscar uma base sólida na História da Filosofia, os critérios do PNLD estão delimitando um perfil nítido do livro de Filosofia, segundo o qual é possível haver uma “programabilidade” disponível ao professor do Ensino Médio. E desta forma ele poderia guiar-se por esta linha histórica, focando a multiplicidade desta. Assim, acreditamos que esse zelo do PNLD para com a História filosófica fora a opção escolhida para corresponder a necessidade de uma transposição da Filosofia em poucas páginas.

É interessante também ressaltar que se no primeiro Guia defendia-se exclusivamente a atenção das obras para com a História da Filosofia, no segundo há uma extensão dessa atenção, focando-se numa maior criticidade seja relativamente à linguagem dos livros voltada aos alunos, seja relativamente aos conteúdos e usos dos livros:

[...] as obras aprovadas são as que possuem propostas didático-pedagógicas que melhor articulam **História da Filosofia**, abordagem **temática** e de **problemas** e reflexão sobre a experiência social do aluno. São ainda, dentre as avaliadas, as que mostraram o melhor equilíbrio entre rigor conceitual e apresentação acessível para o alunado do ensino médio (BRASIL, 2014, p. 20, negrito nosso).

Neste sentido, trazemos à tona os tipos de abordagens possíveis no ensino de filosofia expostos por Sílvio Gallo, professor da Universidade de Campinas (UNICAMP) com vasta produção na área de Ensino de Filosofia. Quanto à organização dos conteúdos filosóficos, ele mostra que tanto uma organização puramente *histórica*

quanto uma puramente *temática* acarretam fragilidades se postas em prática isoladamente. Ainda que esta última apresente uma melhor utilidade na prática, Gallo não negligencia a necessidade de se ter também uma visão histórica quanto aos temas, e, por isso, propõe uma simbiose nessas organizações, chamado de organização “problemática” (GALLO, 2010, p. 164).

Assim, ter-se-ia uma organização que possa tratar dos conceitos de forma mais específica – segundo a parte *temática* – e também que possa mostrar aos estudantes todos os trajetos que aquele conceito estudado trilhou ao longo de um recorte histórico – segundo a *histórica*. Através dessa simbiose, defende Gallo, o ensino de filosofia não estaria prejudicado, porque, ao mesmo tempo que o *caráter histórico* de tal organização proporciona uma visão de toda a tradição filosófica e, conseqüentemente, mostra ao estudante várias opções que ele doravante pode seguir, criticar ou evoluir, o *caráter temático* dificulta uma estagnação no ensino – o qual está presente nas organizações apenas históricas, pois mostram os assuntos estudados como coisas acabadas – e, conseqüentemente, mantém a *mobilidade* natural da filosofia, a característica fundamental desta que possibilita, a todos que a praticam, modificá-la, aprimorando-a ou não. Para tal objetivo, o autor aponta os materiais didáticos, principalmente o livro didático:

Desde a década de 1980, com o retorno parcial da filosofia aos currículos do Ensino Médio, então na condição de disciplina optativa, foram sendo publicados livros didáticos para seu ensino. Em princípio de modo mais tímido, depois de forma mais arrojada, as editoras foram se preocupando com este filão do mercado editorial. De modo que hoje temos, seguramente, mais de vinte manuais preparados para o ensino da filosofia no nível médio (GALLO, 2010, p. 166).

Segundo ele, utilizando uma pesquisa do professor Américo Grisotto<sup>9</sup>, a maioria destes livros são constituídos por uma visão *temática* da filosofia e, portanto, não são capazes de, apenas por si mesmos, propiciar uma abordagem *problemática*:

Para cada uma destas obras, poderíamos destacar pontos fortes e pontos frágeis, mas não é este nosso objetivo aqui. Destaco, apenas, que, se optamos por uma abordagem *problemática* do ensino de filosofia, muitas destas obras podem servir de apoio ao trabalho do professor, mas nenhuma delas daria conta, de modo exclusivo, de permitir este trabalho (idem, p. 167-168).

Para Sílvio Gallo (2010, p. 168), com efeito, além do livro didático bem preparado, é necessário, para uma prática *problemática* da filosofia, o trabalho do professor como alguém que irá selecionar textos originais e textos com traduções confiáveis dos próprios filósofos, textos com temáticas próximas às desejadas e materiais didáticos em geral, como filmes, documentários, obras de arte, poesias, etc. Vê-se, então, que esta abordagem ideal, onde os alunos não somente conhecem a tradição

9 GRISOTTO, A. Ensino Médio: manuais voltados para o ensino de Filosofia. *Filosofia e Educação*, v. 4, n. 1, p. 113-158, abr./set. 2012.

filosófica ou os principais temas debatidos, mas podem se inserir nos dois âmbitos, pressupõe a atividade do professor como um elo entre o aluno e esta abordagem *problemática*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Distanciando-nos de qualquer pretensão conclusiva, isto é, não querendo tomar como encerrada tal debate quanto ao material didático no ensino de filosofia, desejamos tornar claro que os resultados do presente trabalho não visam apontar qual o melhor material entre as duas propostas abordadas, mas acentuar um fato que fora mostrado no decorrer do trabalho: ainda que estas duas propostas de livros didáticos tenham suas bases em concepções diferentes de participação editorial e do professor, seus posicionamentos quanto à relação *livro didático-professor-alunos*, no ensino de Filosofia, são semelhantes. Em outras palavras: na prática didática, tanto os livros nacionais do PNLD quanto os da iniciativa pública no Paraná possuem, no caso da Filosofia, objetivos semelhantes: uma linguagem iniciativa, mas não resumidora, que, juntamente com a atividade do professor, dê ao aluno do Ensino Médio a oportunidade de conhecer a tradição filosófica sem se ater a ela e, de certa forma, se inserir nesta tradição do pensamento.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2012: Filosofia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2015: Filosofia. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2014.

DARCIE, P. Projeto Folhas e Livro Didático Público. In: SANTANA, B.; ROSSINI, C.; PRETTO, N. de L. (Org.). **Recursos Educacionais Abertos**: práticas colaborativas políticas públicas. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital. 2012. p. 235-238.

GALLO, S. Ensino de filosofia: avaliação e materiais didáticos. In: Gabriele Cornelli (Coord.), Marcelo Carvalho (Coord.) e Márcio Danelon (Coord.). **Filosofia**: Ensino Médio. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010. (Coleção Explorando o Ensino) p. 159-170.

LEITE, M. S. Yves Chevallard e o conceito de transposição didática. In: **Recontextualização e transposição didática. Introdução à leitura de Basil Bernstein e Yves Chevallard**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007. p. 45-73.

MANTOVANI, K. P. **O Programa Nacional do Livro Didático - PNLD impactos na qualidade do ensino público**. 2009. 126 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MENDES, Ademir Aparecido Pinhelli, et. Al. **Filosofia**. 2.ed. Curitiba: SEED-PR. 2007.



## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Anarquismo 1, 3, 6, 7, 8, 9, 11, 13

Aprendizagem 23, 24, 25, 26, 27, 29, 34, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 46, 51

### C

Comparativo 14

Complexidade 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 38

### E

Embriaguez 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10

Ensino de filosofia 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 47, 48, 53, 54, 55

### G

Games 23, 28, 29, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 43, 44

Gamificação 23, 26, 27, 28, 29, 34, 36, 39, 40, 42, 43, 44, 46

### H

História da filosofia 26, 40, 42, 46, 47, 53

### I

Identidade 26, 56, 62, 67, 68

Iluminação profana 1, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13

### L

Livro didático 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55

### M

Memória 40, 56, 69

Método 5, 14, 17, 19, 22, 39, 45, 60

### P

Paradigma 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 39, 64

Pnld 47, 48, 49, 50, 52, 53, 55

Progresso 11, 21, 31, 56, 57, 59, 60, 63, 64

### S

Surrealismo 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

### T

Transposição didática 47, 51, 52, 55

 **Atena**  
Editora

**2 0 2 0**